

O ARTIGO: QUEM DIRIA? ELEMENTO DE PERSUASÃO

Dulce Elena Coelho BARROS (Universidade Estadual de Maringá/UnB)

RESUMO: *Assistindo pela TV Câmara a um dos pronunciamentos das sessões plenárias do Parlamento Brasileiro, me chamou atenção o modo como a oradora gerenciava alguns referentes textuais por meio de artigos, na sua grande maioria, indefinidos. De posse do texto na íntegra, atentei para essa peculiaridade lingüístico-discursiva que se revelou profícua ao resgate de aspectos semântico-pragmáticos e sócio-cognitivos interessantes. Além dos determinantes indefinidos, auxiliam a análise do processo de determinação dos sentidos por meio da atividade de referenciação, os artigos definidos, os modificadores adjetivos e locuções adjetivas das expressões nominais. O objetivo do presente estudo é, portanto, averiguar a funcionalidade dos artigos (forma), já que essa classe de palavras é pragmática (uso) por natureza. A análise em foco, sem se afastar das determinações da gramática, sustenta-se numa visão inerentemente dialógica e interativa da linguagem em que se realça o seu sentido e significado social. Tomo partido dessa concepção sociossemiótica de descrição das formas lingüísticas, advinda de Halliday (1985), que leva em conta a função desempenhada pelas estruturas lingüísticas no ato de enunciação. O uso efetivo das expressões lingüísticas encabeçadas por artigo e sua contribuição decisiva para a orientação argumentativa do texto parlamentar demonstram que os recursos lingüísticos influenciam nas relações sociais e determinam fatores pragmáticos que extrapolam os limites do enunciado.*

PALAVRAS-CHAVE: artigo, referenciação, persuasão.

1. Introdução

Destacaremos, neste estudo, o papel desempenhado pelas expressões nominais encabeçadas por artigo indefinido na organização do texto em anexo, produzido para ser oralizado/lido no Plenário Nacional, e sua contribuição decisiva para a orientação argumentativa dos enunciados que o compõem e, conseqüentemente, para a construção interativa dos sentidos a ser por eles veiculados. Nossa reflexão incidirá, portanto, sobre procedimentos/recursos lingüísticos que influenciam, de uma forma ou de outra, relações sociais e fatores pragmáticos tão evidentes nesse tipo de texto. Seguindo os passos de Cavalcante (2005: 144-145) diríamos que é necessário repensar as categorias analíticas e os conceitos teóricos que, por longo tempo, e ainda hoje, se pautaram por modelos monológicos de língua. Ainda, para quem é imprescindível que se atente para o papel preponderante da atividade do discurso em sua dimensão situacional, social e interacional.

O ponto de partida de nossa análise sustenta-se basicamente na visão sociossemiótica de Halliday (1985), constitutiva do modelo analítico por ele apresentado, em que se realça o sentido social atribuído à linguagem e ao significado. Essa é, conforme destaca Vian Jr (2001), uma visão inerentemente dialógica e interativa. Sendo assim, o texto passa a ser visto como “realização dos tipos de contexto (situacional e cultural), considerando-se o papel dos interactantes como membros desses contextos e participantes ativos da linguagem” (*idem* p.157). Nesse sentido, a vertente funcionalista de estudo da linguagem, em oposição à vertente formalista, sem afastar-se das determinações da gramática, também leva em conta as determinações discursivas, ou seja, a habilidade do usuário da língua (sistema) em exercer interação social pela linguagem. Isso é constatado no uso efetivo e apropriado das expressões lingüísticas.

Os estudiosos funcionalistas buscam, portanto, fazer a descrição das formas lingüísticas com a finalidade de perceberem a sua função. Descrever a língua para eles implica levar em conta a função desempenhada pelas estruturas lingüísticas no ato de enunciação. Nesse sentido, a função de um dado elemento lingüístico pode ser o de orientar a argumentação, fazer a coesão textual, descartar argumentos ou agentes do interior de uma dada estrutura ou rede argumental, fazer a progressão referencial ou textual, introduzir as referências, etc. O modelo funcional de análise lingüística, ao articular “funcionalidade” da forma lingüística e o seu “uso”, consagra à comunicação humana um lugar de destaque.

Posto que a comunicação, estabelecida entre enunciador e enunciatário, se dá por meio de textos, enunciados e discursos, a Gramática Funcional agrega ao seu modelo o componente cognitivo. Dessa forma, dimensões de natureza humana tais como: psicológicas, sociais, culturais e históricas são incorporadas às suas reflexões e descrições. Para Silva (2003:55), o que nos leva a buscar a interface “cognição” é o fato de não haver uma relação direta entre sociedade e discurso.

2. A natureza do artigo

É por meio dos artigos que os seres e os objetos surgem para os falantes como unidades ou conjuntos que se lhe apresentam como definidos ou indefinidos. Celso Cunha (1985:205) diz ser o artigo definido “essencialmente um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do ser ou do objeto mencionado” e que o artigo indefinido, ao contrário, “é por excelência um sinal de falta de notoriedade, de desconhecimento individualizado, por parte de um dos interlocutores (o ouvinte), do ser ou do objeto em causa”.

Essas definições de caráter semântico-pragmático suscitam a idéia de que se, por um lado, o artigo definido é o elemento que guarda em si as propriedades fechadas do objeto do discurso, por outro lado, o artigo indefinido representa o aberto de uma noção a ser fechada pelo outro no discurso. Enquanto o artigo definido marca o resultado de uma prática social já cristalizada na língua, o artigo indefinido marca o processo por meio do qual as práticas sociais são instituídas. Quando do uso de um artigo indefinido o alocutário é chamado a construir ou reconstruir o referente ao qual se aplica. Isso quer dizer que ele serve para chamar a atenção do ouvinte/leitor. A função engajadora desse elemento, como veremos, vem à tona em textos de natureza argumentativa como o aqui apresentado para análise.

Nesse sentido, se tomarmos a sintaxe como observatório do discurso, conforme sugere Marandin (1994), veremos que essa forma lingüística presta-se para aclamar as vozes e não calá-las, como aconteceria se o objeto do discurso fosse apresentado como conhecido ou pré-construído. A indeterminação do referente provoca, portanto, desconforto para o ouvinte que é chamado a engajar-se no processo de determinação de seu sentido. Apenas uma concepção de língua como atividade sócio-interativa é capaz de revelar que o artigo indefinido não figura somente como “palavra que se antepõe ao substantivo para indicar que se trata de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior” (Celso Cunha:1985:199).

3. Configuração e re-configuração dos referentes textuais: uso dos artigos ¹

“Este 8 de março”, no segundo parágrafo, figura no texto em anexo como elemento de referência exofórica. O caráter exofórico desse elemento, que constitui o tema sobre o qual incide a argumentação do locutor, cria, já de início no texto, condições propícias para que o alocutário do discurso seja transportado consigo para o mundo da vida. Muito embora a função textual dos artigos indefinidos que compõem o parágrafo em questão seja a retomada do referente “8 de março”, essa retomada é feita justamente por meio desses elementos que normalmente não se prestam a tal função. Na literatura corrente são apontados somente três casos em que as expressões nominais introduzidas por artigo indefinido desempenham função anafórica. Um desses casos é “quando a expressão anafórica focaliza mais fortemente a informação por ela veiculada do que o prosseguimento da cadeia coesiva” (Koch, 2001). É justamente isso o que se observa no parágrafo em questão. Esse aspecto aponta para a natureza pragmática desse elemento. O seu caráter lingüístico-discursivo é claramente evidenciado nesse *uso inusitado ou circunstancial* que pode vir, inclusive, a constituir categoria analítica.

Esses dados nos mostram que o artigo indefinido escapa a uma sistematização, pois a sua especificidade lingüística sofre um desvio e ele passa a funcionar, no interior da expressão nominal, como elemento não prototípico de retomada de referentes. Cabe salientar que é justamente sobre fenômenos lingüísticos dessa natureza que alguns lingüistas, como Jean-Marie Marandin, vêm defendendo a possibilidade de analisar as relações entre Sintaxe e Discurso do ponto de vista da AD. Nesse sentido, pode-se avançar na questão de que nossas atividades lingüísticas são sempre contextualizadas, não dependendo apenas de representações abstratas ou impositivas.

Se atentarmos, ainda nesse segundo parágrafo, para a relação *determinante X nome X modificador* dos SNs encabeçados por artigo indefinido, recuperando-se as elipses usadas pela autora, em: uma data de cumprimentos; uma data de abraços superficiais; uma data do comércio; uma data da venda; uma data do presente comprado; uma data de comemoração das vitórias; uma data de comemoração das conquistas históricas; uma data de

¹ Embora nosso *corpus* apresente outras expressões nominais encabeçadas por artigo indefinido e que, com certeza, merecem serem analisadas, foram suficientes aos propósitos deste trabalho a análise de 6 dos 20 parágrafos que contém essa categoria lingüística.

mobilização; uma data de luta das mulheres pela conquista de direitos, o que há de se ressaltar não é essa organização sintática, mas os efeitos que essa ordem significativa pode vir a causar naqueles para quem o texto significa, ou seja, o que ela nos faz entender ou nos permite entender (macrossintaxe).

A referenciação feita pelas formas nominais (SNs) encabeçadas por artigos indefinidos e modificadas por locuções adjetivas, nas primeiras cinco ocorrências, ativam na memória do locutário uma visão de data comemorativa que o locutor busca, no decorrer do seu texto, apagar ou mitigar. Nas próximas cinco ocorrências, ocorre justamente o contrário. Ao utilizar formas lingüísticas; “data de comemoração das vitórias, das conquistas históricas”, “data de mobilização e luta das mulheres...” “dia de reflexão sobre a história e as lutas das mulheres”, modificadas pelas locuções adjetivas, que, por sua vez, carregam em si um valor axiológico, a autora do texto em questão, ao fazer uso de uma forma dita híbrida, referenciadora e predicativa (Koch, 2001), não apenas introduz uma nova maneira de nos referirmos a um objeto do discurso, mas avulta o próprio processo de construção do referente e da informação suporte do texto: “dia internacional da mulher”.

A construção do tópico discursivo pela autora revela que ao operarmos com a língua lidamos com aspectos lingüísticos e não-lingüísticos. O processo de construção de textos extrapola, portanto, o limite da simples aplicação de regras. Essa é a posição de Marcuschi que, à luz da concepção de texto como sistemas virtuais e não atuais de produção de sentido e de língua como sistema em contínua interação com os conhecimentos partilhados pelos falantes sobre o seu mundo e sua sociedade, advindas de Beaugrande (1997:11), considera o texto como “o lugar característico da interação epistemológica dos seres humanos com o mundo da experiência, ou simplesmente o lugar da construção da própria experiência” (Marcuschi: 2003, p.27).

O uso recorrente das estruturas sintáticas, contidas no parágrafo dois em análise, não se presta apenas para fazer a seqüenciação do texto. Ele serve também aos propósitos argumentativos da autora. O próprio paralelismo sintático constitui estratégia argumentativa. No entanto, o que mais cabe ressaltar aqui é o aspecto dinâmico e operatório da língua que se nos revela nesse modo de apresentação do objeto-de-discurso pela autora. Ao arrolar, por meio dos modificadores do nome “data”, as diversas propriedades passíveis de serem aplicadas, pelo extralingüístico, ao referente 8 de março, a autora não apenas marca o seu posicionamento, buscando atingir seus propósitos persuasivos, mas também alerta para o perigo de cristalização de sentidos ou criação, pela prática social, de um consenso dissimulador daquilo em que deveria significar o dia internacional da mulher (a data 8 de março). Uma significação, portanto, que ao invés de acender os ânimos das maiores interessadas, as mulheres, os apague.

A autora alerta para o fato de que uma prática social de comemorações do dia internacional da mulher, como se observa nas comemorações em geral, centrada no abraço, no beijo, no comércio, corre o risco de apagar outros elementos constitutivos daquilo que costumamos chamar de *frame* em lingüística. O simples deslocamento da questão, pela autora, de um *frame* a outro serve para atestar que no processo constitutivo do texto convergem, como sugere Beaugrande (1997:10), ações lingüísticas, cognitivas e sociais. Se considerarmos, com Fairclough, que o discurso molda a gramática e é por ela moldado, o alerta da autora é também lingüístico. Se nós, mulheres e defensores das questões femininas, permitirmos que essa prática de apagamento das características políticas incorporadas ao *frame* “dia 8 de março” se consolide na língua como o resultado dessa prática, apagar-se-ão com ela todas as possibilidades de se buscar, a cada ano, a sua resignificação, ou seja, trazer à tona, sempre de forma renovada, a história da luta feminina pela consolidação de uma nova ordem social para a mulher. O tópico discursivo apresentado no texto em análise incide sobre a construção histórica da identidade da mulher, logo, algo que está em constante processo de (re)construção.

A intervenção, na sintaxe, de questões consideradas de domínio discursivo mostra-se patente nesse uso inusitado do determinante indefinido. O modo de organização do enunciado pela autora revela claramente que a sintaxe serve de ferramenta de acesso ao acontecimento ou evento discursivo.

A análise empreendida até o momento nos leva a concordar com Cavalcante (2005:123) para quem o “processo de referenciação não se completa no simples emprego de expressões referenciais, mas vai muito além disso, porque o referente se cria de um conjunto de ações, do modo pelo qual os co-enunciadores ajustam suas ações conversacionais e da maneira pela qual constroem os sentidos em cada evento comunicativo”.

O parágrafo três traz, igualmente, ocorrências interessantes de indefinidos. Esses indefinidos, conforme podemos observar, revelam mais uma vez o seu uso insólito. Como elementos anafóricos; “uma luta pública”; “uma luta anônima”; “uma luta incansável...”; “uma luta afirmativa...” retomam o referente “a luta da qual somos protagonistas”. No entanto, há de se perceber não só o caráter persuasivo que essas estruturas conferem ao texto, mas também que tais operações lingüísticas, aqui representadas nos determinantes indefinidos que encabeçam as expressões nominais, não podem ser vistas independentemente das propriedades dos objetos no universo físico e, ainda, da situação enunciativa.

O jogo enunciativo-discursivo que se estabelece entre “a luta” e “uma luta” leva-nos a pensar que a oradora extrai do referente genérico a luta², ou seja, todas as lutas por ela conhecida, tão somente aquela que nesse momento ela pretende destacar e contém propriedades de ser: pública ou anônima, incansável, afirmativa, que enfrenta a lógica de uma sociedade hierarquizada e excludente. Dessa forma, a listagem dos elementos de referência do objeto do discurso “luta” serve aos propósitos argumentativos e pragmáticos do texto, ao passo que envolve os outros do discurso, seus interlocutores, fazendo com que os mesmos percebam, ou reativem em sua memória, as especificidades desse objeto sobre o qual são chamados a posicionarem-se.

A autora dá prosseguimento ao seu discurso retomando no quarto parágrafo o referente “8 de março”. Novamente são utilizadas expressões nominais indefinidas “uma data mundial das mulheres...”; “uma possibilidade real...”. Essas expressões, tais como as do parágrafo de número dois, enquadram-se naquele caso apontado por Schwarz (2000) e difundido, entre nós, por Koch (2001:83), em que as anáforas servem para focalizar mais vivamente a informação por ela veiculada do que o prosseguimento da cadeia coesiva.

Atentemos agora para o parágrafo de número vinte e um. Por meio das formas lingüísticas sublinhadas, vemos que o autor consegue reativar na memória de seu alocutário todo um processo de luta social, que ainda não configura “o futuro que queremos”, o futuro almejado, perseguido historicamente; “um futuro pleno de dignidade”; “um futuro pleno de reconhecimento”. Se pensarmos na natureza do artigo definido, ou seja, no papel semântico-pragmático por ele desempenhado na construção dos enunciados, conforme salientamos acima, é possível dizer que a determinação para o falante, não esqueçamos que é próprio dos discursos parlamentares se projetarem para o futuro. Eles visam uma ação futura. Para a oradora do texto em questão, existe um futuro, no que concerne à posição da mulher na sociedade, a ser buscado, construído e moldado à luz das suas lutas, sofrimentos e conquistas que não devem ser esquecidas.

Portanto, esse futuro, objeto já determinado, deve comportar, além do conjunto propriedades citadas acima, também outras, tais como as arroladas no parágrafo vinte e dois: “um futuro *de liberdade*”; “um futuro *de dignidade para nós mulheres*”; “um futuro *de dignidade para nossas filhas*”; um futuro *de dignidade para todos os seres humanos*”. A essas noções reivindicadas não só para a figura feminina, mas também para a masculina, a serem cristalizadas na língua a partir das relações sociais e papéis desempenhados por homens e mulheres, a autora opõem outras duas que incidem sobre os referentes “mulher” e “homem”, agora determinadas formalmente pelo artigo definido; “*a luta feminista* liberta também os homens das características opressivas que *a cultura* lhes determinou ao longo da história”.

O confronto das noções de caráter aberto, determinadas pelo uso de artigos indefinidos, com as de caráter fechado, determinadas pelos definidos, permite visualizar que o envolvimento dos interlocutores é de natureza diversa. Essa diversidade de sentidos construídos é ressaltada pela oradora por meio desses elementos responsáveis pelo efeito persuasivo consolidado por eles ao longo do texto.

No parágrafo vinte e três, definitivamente, revela-se a preocupação da autora de que o referente *8 de março* passe a figurar como uma noção desprendida ou descolada do retrato real das mulheres na sociedade, o que é percebido não só pelo uso da modalidade apreciativa: “é preciso”, mas também pelo uso, respectivamente, de um artigo definido e de um indefinido em: “... a cada 8 de março é preciso fortalecer essa caminhada histórica no compromisso de mudar *o mundo*, fazendo dele *um lugar* também feminino”. Ao optar por essa estrutura, ao invés de, por exemplo, “... de mudar um mundo também feminino”, a oradora traz à tona, por meio da expressão “o mundo”, toda uma carga de significados que nos leva a incorporar a esse objeto de predicação a noção “masculino”, ao qual a noção “feminino” não se aplica, pois “mundo” ainda é, apesar de todas as conquistas femininas, “*um lugar*” e não “*o lugar*” do masculino e do feminino, no qual a mulher não é reconhecida. O referente “mundo” parece se revelar para autora como um espaço físico de atuação social e política dos homens, ou seja, elemento cuja referência não comporta o sema “feminino”. As suas escolhas lingüísticas nos fazem crer nisso.

Há de se ressaltar que as crenças do falante sobre os conhecimentos do ouvinte são fundamentais para que cada um desses referentes assumam o *status* requerido pela autora. A tônica do texto produzido para ser discursivizado no Plenário Nacional parece girar em torno dessa crença, já que o mesmo progride semanticamente de forma a levar o ouvinte a assumir junto com o falante a quebra de um estado de coisas que não pode e não deve ser negado no que concerne à mulher.

² As nomeações sumarizadas por meio de uma forma definida apresentam, conforme aponta Cavalcante (2001:132), uma particularidade de resumirem informações do cotexto. Dessa forma, funcionariam como veiculadoras de informações velhas, assumiriam estatuto de dadas ou conhecidas pelo destinatário. Nesse sentido, o processo de sumarização feito por meio de uma forma definida conteria em si o reconhecimento do falante de um conteúdo compartilhado com o seu alocutário.

5. Conclusão

Conclui-se, assim, que motivações de natureza cognitiva, social e interacional levam a autora do texto em análise a eger formas lingüísticas que moldam o seu discurso. É justamente a partir dessa perspectiva que vários estudiosos têm assegurado que os referentes, ou “objetos-de-discurso”, emergem da inter-relação entre língua e práticas sociais.

Essa regularidade, que se manifesta no uso recorrente de formas indefinidas ao longo do texto, configuradora, como se viu, de um paralelismo sintático, revela-se intimamente ligada à atuação ou modo de ação do sujeito falante sobre o mundo e sobre as outras pessoas. Isso quer dizer que a autora do texto argumentativo em questão atua significativamente e regradamente pela linguagem colocando-se, portanto, como parte integrante da construção ou produção do sentido desse texto. Além disso, há de se ressaltar que os processos de referenciação, conforme percebemos na análise, não se fazem descarnados de nosso conhecimento de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUGRANDE, Robert de (1997). *New foundations for a science of text and discourse: Cognition, communication, and the freedom of access to knowledge of society*. Norwood, New Jersey: Ablex.
- CAVALCANTE, M. M.(2001). As nomeações em diferentes gêneros textuais. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41: 127-140.
- _____. (2005). “Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram”. In: KOCH, I. V. et al.(org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HALLIDAY, M. A.K. (1985). *An introduction to the functional grammar*. Londres: Edward Arnold.
- KOCH, I. G. V. (2001). A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41: 75-89.
- VIAN Jr, O. (2001) “Sobre o conceito de gêneros do discurso- diálogos entre Bakhtin e a lingüística sistêmico funcional”. In: BRAIT, B. (org.) *Estudos enunciativos no Brasil- histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes: São Paulo: Fapesp.
- MARANDIN, J. M. (1994) “Sintaxe, discurso do ponto de vista da análise do discurso”. In: Orlandi E. P. (org.). *Gestos de leitura- da história do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 119-144.
- MARCUSCHI, L. A. (2001). Atos de referenciação na interação face a face. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41: 37-54.
- _____. (2003) “Atividades de referenciação no processo de produção textual e o ensino de língua”. In: Silva, D. E. S. et. al. (org.). *Estudos de linguagem- inter-relações e perspectivas*. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 11-42.
- SCHWARZ, M. (2000). *Indirekte Anaphern in Texten*. Tübingen: Niemeyer.
- SILVA, D. E. G. (2003) “Gramática e contexto na perspectiva funcional do discurso”. In: SILVA, D. E. G at. al. (org.) *Estudos de Linguagem – inter-relações e perspectivas*. Campo Grande, MS: ed.UFMS, p.55-70.

ANEXO

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 8 de março é absolutamente importante que nós, Deputadas, reconheçamos no pronunciamento dos nossos colegas a importância do avanço histórico, fruto de muitas lutas. Sem dúvida, a saudação principal deve ser dada a cada trabalhadora, a cada mãe, a cada dona de casa, a cada mulher que, em todos os lugares deste País, são chefes de família e sustentam parceiros, filhos, a si próprias e a comunidade.

2 O nosso desejo é que **este 8 de março**, proclamado Dia Internacional da Mulher durante a 2ª Conferência de Mulheres Socialistas, Copenhagen, 1910, não se transforme em **uma data de cumprimentos, de abraços superficiais**, e muito menos em **uma data do comércio, da venda, do presente comprado**, mas que seja, sim, **uma data de comemoração das vitórias, das conquistas históricas**. Esta é **uma data de mobilização e luta das mulheres pela conquista de direitos**, em

justa homenagem às 129 operárias de Nova Iorque que foram mortas no ano de 1847 por reivindicarem melhores condições de trabalho. Constituiu-se, portanto, **num dia de reflexão** sobre a história e as lutas das mulheres, marcadas pela ousadia e rebeldia em querer mudar as práticas estabelecidas.

3 O que temos a comemorar é **a luta da qual somos protagonistas ao longo da história**. Às vezes **uma luta pública**, às vezes **anônima**, mas sempre **incansável** em busca da igualdade e do respeito à diferença. **Uma luta afirmativa** de valores humanos que enfrenta a lógica de **uma sociedade hierarquizada** e **excludente**.

4 Essa data transformou-se em **uma data mundial das mulheres** a partir do Congresso da Internacional Socialista, em 1910, por significar a irmanação das mulheres do mundo inteiro, dos que lutam por melhores dias, por direitos fundamentais como **uma possibilidade real para os povos do mundo**. Hoje, as mulheres se irmanam em conquistas e luta do nosso cotidiano.

5 Vários aspectos marcam a nossa luta. O trabalho e o acesso à renda são condições para garantir a dignidade do ser humano, na medida em que garantem sua autonomia, a sua realização pessoal e profissional.

6 As mulheres, em sua grande maioria, ainda recebem salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando as mesmas funções e com a mesma escolaridade superior. Outro indicador da discriminação é que as mulheres tendem a ter período mais prolongado de procura por emprego do que os homens e estarem mais sujeitas ao trabalho precário, sem qualquer registro e direitos trabalhistas.

7 No Brasil, as mulheres correspondem a 46% da população economicamente ativa e um terço das famílias têm na renda da mulher a principal fonte de sustento. Além do trabalho fora de casa, a dupla jornada atinge a vida das brasileiras. Cuidado com a casa, com os filhos, com as roupas, comida, enfim, **um trabalho essencial** mas desvalorizado totalmente é desenvolvido de forma rotineira pelas mulheres sem qualquer reconhecimento.

8 Por outro lado, podemos comemorar o fato de que muitas mulheres romperam com o preconceito nas relações de trabalho e despontam como educadoras, pesquisadoras e executivas, assumindo posições de chefia e comando, **numa prova inquestionável da capacidade feminina**. Não podemos, contudo, abandonar o desafio de buscarmos valorização, respeito e direitos como trabalhadoras para todas as mulheres, em todas as funções.

9 Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discriminação e a violência de gênero são **uma realidade mundial** ligada ao poder, privilégios e controle masculino. Atinge a todas nós, mulheres, independentemente de cor, raça, etnia, religião, nacionalidade, geração, orientação sexual ou condição física, mental ou social. Neste País, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima da violência em sua própria casa, justamente o lugar onde deveria achar proteção, onde os direitos humanos deveriam estar assegurados.

10 **Uma das maiores violações de direitos humanos** em todo o mundo continua a ser a violência cometida contra as mulheres. Ela faz vítimas em todas as idades, culturas e níveis sociais. Muitas vezes é física, mas pode ser moral, psicológica, étnica e sexual. Acontece em casa, na rua, no local de trabalho. É um absurdo, mas a sociedade continua a considerar a violência de gênero, em especial a intrafamiliar, como algo natural.

11 O fim da violência em cada relação humana e na sociedade como um todo depende de **uma nova consciência** que se traduz em políticas afirmativas de proteção às mulheres e responsabilização efetiva de quem age com violência. Não é permitido a nenhuma esfera de governo se omitir, e as mulheres devem ser as principais fiscalizadoras deste sistema de garantias.

12 No Brasil, estima-se que a cada ano 2,1 milhões de mulheres são espancadas, o que significa uma agressão a cada 15 segundos. O desenvolvimento sustentável dos países, a construção de **uma cultura de paz e respeito** entre os povos passa necessariamente pelo fim da violência cometida contra as mulheres. Após intensas mobilizações e lutas mundiais, nós, mulheres, obtivemos **uma conquista histórica**: nossos direitos foram reconhecidos como parte integrante e indivisível dos direitos humanos, passando a integrar a Declaração e o Programa de Ação de Viena, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993.

13 A partir disso, vários documentos internacionais também passaram a reconhecer os direitos humanos das mulheres. Um dos momentos mais importantes deste processo foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995. Esse encontro estabeleceu, definitivamente, os direitos das mulheres em sua Declaração e Plataforma de Ação.

14 Esse avanço não é meramente formal. Trata-se de importante instrumento para a conquista de

um mundo de igualdade. Com base nessas declarações internacionais, pode-se fazer denúncias aos órgãos internacionais de fiscalização. Além disso, cada país que ratificar o acordo, assume a meta de implementar a plataforma, construindo a equidade entre homens e mulheres no âmbito de seu território.

15 O Brasil foi **um dos primeiros países do mundo** a assumir as metas de Beijing e, com a luta das mulheres, muitos direitos foram reconhecidos. Contamos com **um movimento feminista** atuante que foi decisivo para que cada vez mais mulheres ocupassem espaços de poder, inclusive, temos hoje a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério.

16 Na semana passada, tive a oportunidade de participar, em Nova Iorque, da 49ª Sessão da Comissão Jurídica e Social da Mulher, da Organização das Nações Unidas - ONU, que avaliou os 10 anos da Conferência de Beijing. Nesse encontro, que contou com a participação de várias Deputadas desta Casa, o Brasil reafirmou seu pleno compromisso com a totalidade do conteúdo e espírito da Plataforma de Beijing, especialmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, os quais não podem ser renegados por serem parte fundamental dos direitos humanos.

17 Pressão houve para que abrissemos mão desses dispositivos, mas não cedemos às pressões, pois a Plataforma de Beijing significa **uma conquista histórica**. Não admitimos retrocessos, pois cada dispositivo tem **um significado imenso** para nossa luta, em especial o que trata do direito de as mulheres e meninas terem **uma vida livre de violência, tráfico e exploração sexual**.

18 As conquistas fortalecem **a luta** de nós, mulheres, para seguirmos **nesta jornada** de afirmação dos direitos.

19 Somos mulheres e mudamos o mundo. Temos sonhos, lutas, anseios, dores e amores comuns. Somos diferentes, mas a nossa diversidade nos enriquece e nos faz mais fortes. Carregamos a bandeira da solidariedade e a estendemos a todos os excluídos. Defendemos, de forma intransigente, a vida, tecendo no nosso cotidiano **uma grande teia de avanços, de conquistas de direitos**, que são a nossa proteção. A capacidade criadora e revolucionária que possuímos faz caminhar a humanidade.

20 Dizemos isto como **um brado de alerta** porque estamos trabalhando. E, ao mesmo tempo em que lutamos, saudamos cada conquista como parte de **uma luta histórica**. Se estamos aqui, é porque nos erguemos sobre os ombros das nossas mães, avós e de tantas gerações de mulheres negras, indígenas, imigrantes, brasileiras que fizeram da trajetória feminista **uma conquista a cada dia**.

21 Que tenhamos altivez para conquistarmos sempre mais, mas com a certeza de que **o futuro** que queremos é **pleno de dignidade** e de **reconhecimento de que os direitos das mulheres** são direitos humanos plenos e não aceitamos qualquer retrocesso.

22 A agenda e a plataforma das mulheres é para **um futuro de liberdade e de dignidade para nós, mulheres, para nossas filhas** e, principalmente, **para todos os seres humanos**, na medida em que **a luta feminista** liberta também os homens das características opressivas que a cultura lhes determinou ao longo da história.

23 Por isso, a cada 8 de março é preciso fortalecer essa caminhada histórica no compromisso de mudar **o mundo**, fazendo dele **um lugar também feminino**.

24 Sabemos que temos muito a caminhar a fim de superar o fato de que as mulheres do mundo têm a cara da pobreza, o chamado processo de feminização da pobreza. Temos que caminhar no sentido de permitir que as mulheres tenham acesso ao poder.

25 Neste Parlamento ainda não chegamos à representatividade necessária. Mesmo que a bancada feminina atue de forma articulada, dando respostas cotidianas nas votações, nos projetos de lei e em avanços significativos para a vida das mulheres brasileiras, é preciso superar as circunstâncias que indicam que, dentre todos os pobres do mundo, as mais pobres são as mulheres. Era o que tinha a dizer. **Discurso pronunciado em 08/03/2005 (Ordem do Dia).**

